



12



O modo petista de fazer eleições

PT - PROGRAMA AGRÁRIO PROPOSTA DE DIRETRIZES E AÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS

ÍNDICE

PT – Programa Agrário Proposta de Diretrizes e Ações para os Municípios*

Diretrizes e Ações

5

PT – Programa Agrário Proposta de Diretrizes e Ações para os Municípios*

O III Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2007, aprovou resolução política que reflete o pensamento e a história do partido nas lutas sociais ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, em defesa da centralidade da reforma agrária no desenvolvimento do Brasil e da prioridade de uma agricultura familiar vigorosa, geradora de empregos, produtora de alimentos saudáveis e mais baratos para a população brasileira e protetora do meio ambiente e de seus recursos naturais.

No Governo Lula, apesar dos limites decorrentes da heterogeneidade das forças que compõem a sua base de apoio político, houve avanços com o assentamento de 450 mil famílias pelo programa de reforma agrária em 38 milhões de hectares e, principalmente, no financiamento da agricultura familiar pela ampliação do Pronaf, que saltou de pouco mais de R\$ 2 bilhões, na safra 2002/2003, para mais de R\$ 10 bilhões, na safra 2007/2008, atendendo a 2 milhões de famílias de agricultores familiares em todo o País. As taxas de juros decaíram de uma média entre 1% e 7,5%, para 0,5% a 5,5%. No início deste ano, o presidente Lula lançou o Programa Territórios da Cidadania, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abrangendo inicialmente 60 territórios para os quais estão alocados mais de R\$ 9 bilhões, em 2008, integrando programas e ações de vários ministérios, como o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação, da Cultura, da Saúde, do Meio Ambiente, das Cidades, da Integração Nacional e do Trabalho e Emprego.

Os municípios podem contribuir para modificar o modelo econômico e social ampliando a reforma agrária, combatendo a grilagem e democratizando a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Um novo modelo de desenvolvimento deve ser calcado também na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura de base familiar, dos quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e povos indígenas.

Os municípios podem contribuir identificando, através das suas unidades de cadastramento, os imóveis rurais que não cumprem a sua função social para que sejam destinados à reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, não haja trabalho escravo, respeita a legislação trabalhista e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham.

É preciso adotar políticas públicas de formação, capacitação, pesquisa, assistência técnica, profissionalização e universalização da educação no campo. A reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT e que a militância do partido deve atuar nas mais variadas frentes para construir junto com outras forças políticas e sociais um vigoroso movimento capaz de viabilizar uma ampla reforma agrária, de caráter nacional, mas respeitando as características regionais, como na Amazônia, Cerrado do Centro-Oeste e no Semi-árido Nordeste, no sentido de construirmos um novo modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, reduzindo as desigualdades e protegendo o nosso meio ambiente.

Diretrizes e Ações

1 - Mediante articulação com os movimentos sociais e o INCRA, identificar possíveis áreas – públicas e privadas - para assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como apoiar, em articulação com órgãos federais e estaduais, as ações complementares em áreas de assentamento, como saúde, educação, qualificação profissional, assistência técnica e infra-estrutura de produção e comercialização de alimentos, incluído construção e manutenção de estradas vicinais dos assentamentos.

2 – Apoiar aos assentados da reforma agrária e agricultores familiares do município na elaboração de projetos para obtenção de crédito e financiamento do Pronaf, articulando-se com os beneficiários, o MDA, o INCRA, órgãos públicos estaduais e a rede bancária autorizada (Banco do Brasil e outros agentes financeiros).

3 – Apoiar aos assentados e agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), articulando-se com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o MDA, a CONAB e órgãos estaduais, em especial na compra de produtos agrícolas e do leite, inclusive para fins de compor a merenda escolar.

4 – Criar condições escoamento e venda em mercados e feiras locais dos produtos produzidos pelos assentados da reforma agrária e agricultores familiares, incentivando e valorizando a produção local.

5 – Fortalecer formas associativas e cooperativas de produção familiar e instalação de pequenas agroindústrias locais, incluindo na produção de biocombustíveis, preservados e ampliados os espaços agrícolas para produção de alimentos.

6 – Articular-se com os municípios de sua região ou Território da Cidadania (programa coordenado pelo MDA), quando for o caso, integrando e potencializando a execução de políticas públicas e garantindo ampla participação e controle social, através dos conselhos setoriais e outros mecanismos na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dessas políticas públicas.

* Texto básico elaborado por Osvaldo Russo, coordenador do Núcleo Agrário Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir das resoluções aprovadas no III Congresso e do Encontro Nacional Setorial Agrário do PT.

7 - Apoiar e desenvolver programas habitacionais rurais, em articulação com o INCRA, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF).

8 - Desenvolver ações para fortalecer a Educação do Campo e incentivar e fortalecer a cultura regional local, articulando-se, respectivamente com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, além de órgãos estaduais.

9 – Desenvolver ações complementares de geração de trabalho e renda, inclusive de atividade não agrícolas nas áreas rurais, especialmente destinados à juventude, articulando-se com as ações do Programa Bolsa Família, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e os Programa Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego.

10 – Desenvolver ações para erradicação do trabalho infantil na agricultura, inserindo as crianças e adolescentes rurais no processo regular de ensino público e nas ações socioeducativas do município, articulando-se com ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), coordenado pelo MDS.

© **Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral 2008**

Julho de 2008

Coordenação Geral

Ricardo Berzoini

Membros

Elói Pietá

Gleber Naime

Joaquim Soriano

Jorge Coelho

Marcelino Galo

Paulo Ferreira

Paulo Frateschi

Renato Simões

Romênio Pereira

Selma Rocha

Valter Pomar

Equipe Executiva

Edivaldo Assis

Francisco Campos

Rubens Otoni

Central de Relacionamento

André Silva

Elisângela Almeida

Márcio de Jesus

Núbia Ribeiro

Roberto Moreira

Coordenação Programa de Governo do GTE

Selma Rocha

Os textos de apoio foram produzidos pela equipe de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo: Antonio Carlos, Granada, José Cavalli, Jupira Cauhy, Matilde Ribeiro

Secretaria Nacional de Movimentos Populares

Renato Simões

Setorial Agrário

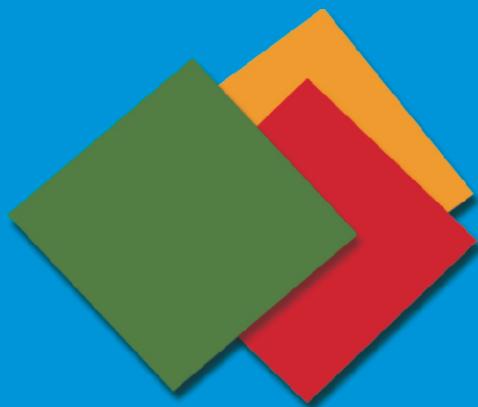
Secretaria Nacional de Comunicação

Gleber Naime

Edição: Paulo Cangussú André

Projeto gráfico e editoração: Lavoro C&M

“Um novo modelo de desenvolvimento deve ser calcado também na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura de base familiar, dos quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e povos indígenas.”



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

www.pt.org.br